

WLADIMIR LODYGENSKY: A TRAJETÓRIA INTERNACIONAL DE UM MILITANTE ANTICOMUNISTA

WLADIMIR LODYGENSKY: THE CAREER OF AN INTERNATIONAL ANTICOMMUNIST MILITANT

Vicente Gil da Silva¹
Laura Maria Loss Schwarz²

RESUMO: O artigo apresenta a até agora inédita biografia de Wladimir Lodygensky (1917-2007), um suíço de origem russa que migrou para o Brasil logo após a Segunda Guerra Mundial e organizou grupos anticomunistas na América Latina. Na primeira parte do texto será descrita a sua atuação em atividades anticomunistas na Europa, no período entreguerras, destacando-se a participação de seu pai, Georges Lodygensky, na direção da *Entente Internationale Anticommuniste* (EIA), uma organização que recebeu apoio de importantes brasileiros desde sua criação na década de 1920. Na sequência, serão apresentadas algumas atividades de membros da família Lodygensky no Brasil e as organizações anticomunistas por eles criadas nas décadas de 1940 e 1950: a Associação Democrática Cristã (ADC) e a Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI). Ao final, será destacado o papel fundamental exercido pela SEI junto ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na articulação golpista que levou à derrubada do governo de João Goulart, em 1964.

PALAVRAS-CHAVE: Wladimir Lodygensky; *Entente Internationale Anticommuniste* (EIA); Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI); Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES); anticomunismo.

ABSTRACT: This paper presents the hitherto unknown biography of Wladimir Lodygensky, a Swiss citizen born in Russia who settled in Brazil shortly after the Second World War. In the first part, it discusses his anticommunist

* Essas fontes foram consultadas durante a pesquisa de doutorado de um dos autores deste artigo, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e são detalhadamente descritas em SILVA, 2020. A pesquisa de arquivo foi realizada ao longo do estágio de doutorado sanduíche, financiado pela Comissão Fulbright Brasil.

¹ Professor Adjunto, Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7276-0389>. Email: vicentegil@irid.ufrj.br

² Mestre em Ciência Política (UFRGS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1199-0516>. Email: schwarz.laura@gmail.com

activities in Europe, highlighting the participation of his father, Georges Lodygensky, at the *Entente Internationale Anticommuniste* (EIA), an organization that received support from prominent Brazilians since its creation in the 1920's. It goes on to analyze the activities of some members of the Lodygensky family in Brazil and the anticommunist organizations created by them in the 1940's and the 1950's: the Christian Democratic Association (ADC) and the Society of Inter-American Studies (SEI). The last section of the article demonstrates the central role played by SEI alongside the Institute of Research and Social Studies (IPES) in the campaign that led to the 1964 *coup d'état* in Brazil.

KEYWORDS: Wladimir Lodygensky; *Entente Internationale Anticommuniste* (EIA); Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI); Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES); anticommunism.

Introdução

A atuação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), uma organização de empresários e militares que participou da articulação golpista contra o governo de João Goulart, já é bastante conhecida entre historiadores, especialmente a partir da obra de René Dreifuss (1981), o primeiro pesquisador a ter acesso aos documentos da entidade. Esse acervo, que foi doado ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro em 1974, revela mais informações sobre a seção carioca do que sobre a seção paulista do IPES. Mas, apesar de escassas, as informações sobre a atuação da organização em São Paulo são bastante relevantes. Uma delas aparece na ata da reunião do Comitê Diretor do IPES realizada em 27 de março de 1962, no Rio de Janeiro, na qual está registrado o relato do empresário Cândido Guinle de Paula Machado, que havia realizado uma visita à capital paulista e conhecido o trabalho da Sociedade de Estudos Interamericanos, a SEI. Na reunião do Comitê Diretor, Guinle comentou ter ficado surpreso com o trabalho dessa organização, que viria a ter importante atuação junto ao IPES. Segundo Guinle, a SEI tinha “eficiência grande” e “muitos recursos”, recebendo dinheiro de “firmas de São Paulo”.³

³ Ata, Reunião do Comitê Diretor, IPES. 27/03/1962. Arquivo Nacional (RJ), Fundo IPES, Organização e Funcionamento, QL.0.OFU.8

Dreifuss (1981) registrou esse e alguns outros dados esparsos sobre a SEI e seu diretor, Wladimir Lodygensky, que aparecem nos documentos do IPES. Outras menções à SEI e Lodygensky aparecem, também de maneira fragmentada, na pesquisa de Solange de Deus Simões (1985) sobre as organizações cívicas de mulheres e o golpe de 1964, e na do jornalista Flávio Deckes (1985), sobre grupos terroristas da direita no Brasil, ambas publicadas em 1985. Mais recentemente, a SEI foi mencionada na tese de Ribeiro (2021), que encontrou os boletins dessa organização nos arquivos da repressão paraguaia. Neste artigo, apresentaremos maiores informações sobre as origens, objetivos, atividades, redes de apoio, contatos nacionais e internacionais da SEI, analisando inicialmente a biografia de Wladimir Lodygensky, um militante anticomunista de origem russa que viveu no Brasil entre 1946 e 1967. As fontes utilizadas, a maior parte delas inéditas, foram consultadas em pesquisa realizada em acervos documentais do Brasil, Estados Unidos e Suíça.⁴

A atuação de Wladimir Lodygensky na *Entente Internationale Anticomuniste* (EIA)

Wladimir Yourevitch Lodygensky nasceu em Kiev no início de 1917 – o ano das revoluções que deram fim ao regime czarista – e faleceu em março de 2007, na Suíça. Sua família, proprietária de terras, fazia parte da nobreza russa, e alguns de seus membros eram oficiais do exército imperial. O pai de Wladimir, Youri Ilytch Lodygensky, também conhecido como Georges Lodygensky (1888-1977), atuou, durante a Primeira Guerra Mundial, como médico de um regimento militar no *front* da Prússia Oriental e no *front* austríaco, integrando a divisão caucasiana de cavalaria na Galícia (atualmente, um território dividido entre Ucrânia e Polônia). Em março de 1917, com a eclosão da revolução que derrubou a monarquia russa, ele e outros membros da família Lodygensky uniram-se às forças contrarrevolucionárias e apoiaram a tentativa de golpe do general Lavr Kornilov contra o Governo Provisório

⁴ Essas fontes foram consultadas durante a pesquisa de doutorado de um dos autores deste artigo, e são detalhadamente descritas em SILVA, 2020.

instaurado no país. Em 1918, quando teve início a guerra civil russa, Georges Lodygensky colaborou com a organização de uma rota de fuga para oficiais militares russos que pretendiam reforçar os quadros do exército branco contrarrevolucionário. Mantendo relação com a Sociedade Russa da Cruz Vermelha, o pai de Wladimir assumiu a tarefa de emitir documentos falsos por meio do “Comitê Internacional de Socorro às Vítimas da Guerra Civil”, criado com apoio do cônsul suíço na Rússia. O irmão mais novo de Georges, Alexandre Lodygensky (1890-1954), foi um dos combatentes que aderiu ao exército branco liderado pelo general Anton Denikin (CAILLAT, 2012, p. 57-8; ROULIN, 2010, p. 16-7; LODYGENSKY, 2009, p. 133-161).

Após a derrota das forças contrarrevolucionárias, Alexandre Lodygensky estabeleceu-se na Hungria. Georges Lodygensky obteve permissão do governo suíço para fixar residência com sua mulher e filhos em Genebra, para onde se mudaram em 1920, quando Wladimir tinha apenas três anos. Pouco tempo depois, em 1924, Georges Lodygensky participaria, ao lado do advogado Théodore Aubert e outros representantes da burguesia suíça, da criação da *Entente Internationale Anticomuniste* (EIA). Também conhecida como “Liga Aubert”, a EIA foi a primeira organização transnacional explicitamente anticomunista e acabou alcançando grande relevância na primeira metade do século XX. Georges Lodygensky e Théodore Aubert acreditavam que a luta contra o comunismo precisava ocorrer em escala mundial e defendiam a necessidade de lançamento de uma nova cruzada contrarrevolucionária, liderada por uma organização que deveria operar como um centro de informações anticomunistas (SILVA, 2020).

Atuando por mais de duas décadas (1924-1950), principalmente na produção e difusão de informação e propaganda, a EIA promoveu o desenvolvimento de redes de contatos sigilosos com autoridades eclesiásticas, civis e militares – incluindo membros de serviços de inteligência – de diversos países da Europa, da Ásia e das Américas. Sua estrutura organizativa era simples e flexível, com uma Secretaria Permanente, localizada em Genebra, que recebia contribuição financeira de bancos, companhias de seguro e grandes

industriais suíços. Para ampliar seus meios de ação e influência entre grupos religiosos, sindicais, de mulheres e estudantis, a Secretaria da EIA estabeleceu algumas organizações auxiliares. Entre elas, a Comissão *Pro Deo*, criada em 1933 para reunir lideranças de diferentes denominações religiosas cristãs – católica, protestante e ortodoxa –, a *Action mondiale des Femmes contre le bolchevisme et la guerre*, de 1936, e o *Institut international d'action morale, économique et sociale antimarxiste* (IIA), criado em 1935.

A Secretaria da EIA também se dedicava à reunião de informações sobre as atividades da Internacional Comunista (*Comintern*) e à criação de centros nacionais anticomunistas. Uma vez por ano, os representantes dos centros afiliados à EIA se reuniam em um Conselho Internacional, em Genebra, para discutir o direcionamento geral de suas ações. Apesar de poucos centros terem sido criados de acordo com o modelo desejado pela Secretaria de Genebra, por volta de 1930 a organização já havia estabelecido contato com personalidades capazes de difundir sua propaganda e retransmitir sua ação na maioria dos países europeus, com exceção apenas daqueles que faziam fronteira com a União Soviética. Na Alemanha nazista, a EIA estabeleceu relações com o *Antikomintern* – órgão criado em 1933 para construir um movimento antibolchevique mundial sob a liderança alemã e vinculado ao Ministério de Propaganda de Joseph Goebbels – e, na Itália fascista, com o *Centro di Studi Anticomunisti*, criado em 1937 por Mussolini (CAILLAT, 2012; ROULIN, 2010; LODYGENSKY, 2009).

O primeiro brasileiro a ter contato com a EIA foi o diplomata Raul Paranhos de Rio Branco, que representava o Brasil na Suíça. Filho do Barão de Rio Branco, o patrono da diplomacia brasileira, Raul foi um entusiasta apoiador da organização. Na década de 1920, ele chegou a garantir algumas contribuições financeiras do governo brasileiro para a EIA. A partir de 1932, o posto de principal colaborador brasileiro da organização foi assumido por José Carlos de Macedo Soares, um importante membro da burguesia paulista que, naquele ano, representou o Brasil na Conferência do Desarmamento realizada em Genebra. Pouco tempo depois, ele se tornaria Ministro das Relações

Exteriores, no governo constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937). Com assistência da cônsul Odette de Carvalho e Souza, Macedo Soares cultivaria essa relação com a EIA dentro do Itamaraty, ali iniciando um esforço de organização das forças anticomunistas no Brasil, ao qual ambos se dedicariam por muitos anos (SILVA, 2020).

Depois da Segunda Guerra Mundial, essa militância anticomunista de Macedo Soares e Carvalho e Souza receberia o reforço de Georges Lodygensky, seu filho, Wladimir Lodygensky, e seu irmão, Alexandre Lodygensky, os quais vieram morar no Brasil depois que o nazifascismo foi derrotado na Europa. Wladimir foi o primeiro membro da família a se estabelecer no país, em setembro de 1946. Apenas três meses depois, ele já palestrava sobre “os princípios fundamentais da organização industrial do pós-guerra” no Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), em São Paulo. Seu tio, Alexandre Lodygensky, veio no ano seguinte. Georges Lodygensky chegou a São Paulo em 1952. Na última reunião da Secretaria Permanente da EIA, realizada em Genebra em novembro de 1950, ele havia informado aos demais membros da organização que uma “base de retaguarda” da EIA, com arquivos atualizados, havia sido criada no Brasil (SILVA, 2020, p. 261).

Em suas memórias, Georges Lodygensky escreveu que, depois da Segunda Guerra Mundial, “alguns colaboradores experientes da EIA” deram importante impulso à tomada de consciência, pelos homens de governo e pelos militares, sobre o “verdadeiro escopo” da “ofensiva soviética”. Com isso, a resistência pôde ser “organizada sobre bases mais sólidas”. De acordo com ele, teria sido “providencial o prolongamento do movimento anticomunista criado por [Théodore] Aubert ao continente latino-americano, graças aos contatos que ele soube estabelecer em Genebra com os eminentes diplomatas brasileiros” (LODYGENSKY, 2009, p. 327-328). O mais importante desses diplomatas, José Carlos de Macedo Soares, liderança do Partido Social Democrático (PSD) e interventor federal em São Paulo entre 1945 e 1947, período durante o qual se dedicou a reprimir intensamente o movimento sindical, encontrava-se em

condição de abrir as portas – das delegacias da polícia política, dos círculos católicos e das organizações da burguesia paulista – para seus antigos contatos da EIA. Wladimir Lodygensky, como veremos, saberia aproveitar essas relações nas décadas seguintes.

Tendo 29 anos quando se mudou para o Brasil, ele já trazia consigo uma larga experiência de militância anticomunista na Europa. Com apenas 19 anos, ao mesmo tempo em que ingressava na Universidade de Genebra, onde cursou Engenharia Química Industrial, ele havia assumido a direção do escritório da juventude da EIA, que em 1936 recebeu o nome de Comissão de Ligação da Juventude Cristã e Patriótica. Entre suas atribuições, estava a produção de um registro completo de organizações europeias de juventude consideradas comunistas e pró-comunistas. Uma das ações executadas por Wladimir em 1936, segundo seu próprio relato, foi a de sabotar o Congresso Mundial da Juventude, realizado em Genebra. Como representante da EIA, ele esteve envolvido em diversas manifestações anticomunistas fora da Suíça, destacando-se sua participação na 1ª Conferência Internacional Secreta Anticomunista, organizada pela EIA e pelo *Antikomintern* e realizada na Alemanha, em novembro de 1936 (SILVA, 2020, p. 247-248; 718-728).

A recepção aos delegados dessa conferência anticomunista contou com a participação do ministro da propaganda nazista, Joseph Goebbels, e seu braço direito, Eberhard Taubert, considerado “a verdadeira alma do *Antikomintern*” e o principal especialista em propaganda anticomunista e antisemita no círculo de Goebbels. O principal assistente de Taubert era Alfred Gielen, linguista, historiador, jornalista e membro da SS (*Schutzstaffel*, a organização paramilitar do partido nazista), que exercia, entre outras funções, a de elemento de ligação do *Antikomintern* com a Comissão *Pro Deo*, da EIA, dirigida por Georges Lodygensky. O *Antikomintern* apoiava financeiramente algumas das atividades de propaganda da EIA, valorizando a rede de influência e contatos que essa organização possuía em regiões onde a propaganda nazista tinha mais dificuldade de penetração, como nas colônias europeias, na França e na

América do Sul (CAILLAT, 2012, p. 433-449; LUDWIG, 2011, p. 258-259; ROULIN, 2010, p. 284-285).

Pouco se sabe sobre a atuação de Georges e Wladimir, que era oficial de artilharia do exército suíço, durante a Segunda Guerra Mundial. Mas Alexandre Lodygensky, que representava a EIA na França ocupada pelos nazistas, foi acusado de ter trabalhado em proximidade com o regime colaboracionista de Vichy, com a organização paramilitar francesa (*La Milice*) que lutava contra a resistência antinazista, com a polícia alemã – a SD (*Sicherheitsdienst*), setor de inteligência do partido nazista – e com a *Gestapo*, a polícia secreta do governo nazista. Por essas acusações, ele foi condenado à morte pelo tribunal de Chambéry, na França (CAILLAT, 2012, p. 491-492; VAN DONGEN, 2008, p. 92-93). Deixando a Europa, ele conseguiu se estabelecer no Brasil, onde encontrou apoio para reorganizar sua militância anticomunista.

Tal tranquilidade não foi garantida apenas aos apoiadores dos regimes nazifascistas que buscaram refúgio na América Latina. Na própria Europa, muitos dos membros das organizações anticomunistas criadas no período entreguerras tiveram seu passado convenientemente ignorado, o que lhes permitia voltar a atuar livremente no combate ao sempre evocado fantasma da “ameaça soviética”. Esse foi o caso de Reinhard Gehlen, um oficial do exército alemão que havia recebido a missão de coletar informações sobre a vida política e militar na União Soviética durante o III Reich e, para tanto, tinha criado uma vasta rede de agentes naquele e em outros países da Europa oriental. Ainda antes da criação da agência de inteligência dos Estados Unidos (CIA), que só passaria a existir em 1947, Gehlen acabou sendo recrutado por militares norte-americanos na Alemanha Ocidental. Em 1946, após uma temporada de vários meses nos Estados Unidos, ele retornou ao velho continente para criar a estrutura que foi denominada “organização Gehlen”, à qual se somaram dezenas de nazistas e criminosos de guerra. Em 1956, tal organização se tornaria o serviço secreto da República Federal da Alemanha, o *Bundesnachrichtendienst* (BND), que Gehlen dirigiu até 1968 (VAN DONGEN, 2008, p. 37-38; LUDWIG, 2011, p. 259).

Um dos membros da organização Gehlen era Alfred Gielen, antigo membro do *Antikomintern*. Entre 1947 e 1948, Gielen articulou com Eberhard Taubert, o antigo braço direito de Joseph Goebbels, e com Georges Lodyginsky, que ainda se encontrava na Suíça, a criação de uma seção alemã da Comissão *Pro Deo*⁵. O principal objetivo desses experientes militantes do anticomunismo era o de reativar suas antigas redes, desta vez buscando apoio dos Estados Unidos. Em função disso, em 1947 Taubert enviou a oficiais norte-americanos um memorando intitulado “Guerra de propaganda contra a União Soviética”, no qual propôs, entre outras coisas, a criação de um novo *Antikomintern*. A organização deveria atuar como central de informação, célula de propaganda e liderança de um movimento anticomunista internacional. Taubert afirmava estar pronto para estabelecer tal organização, enfatizando que sabia onde se encontravam seus antigos colaboradores e as forças anticomunistas dos países do Leste. Seu “plano A” previa a criação de um serviço secreto de informações, dissimulado sob a fachada de um instituto de estudos sobre o comunismo. O “plano B” se voltava à criação de um movimento anticomunista e à organização de publicações anticomunistas na Europa ocidental. O “plano C”, por fim, preconizava a criação de uma organização ultrassecreta de publicações anticomunistas na zona de ocupação soviética, camuflada sob o nome de um tipo de Instituto de Estudos de Problemas Sociais. A difusão desses materiais de propaganda, segundo previa o plano, seria feita em nome de partidos políticos de oposição ou de instituições mais neutras, como as igrejas, editoras, pessoas físicas, etc. (LUDWIG, 2011, p. 259-262).

Nesse mesmo período, Alexandre e Wladimir Lodyginsky, articulando sua atuação no Brasil, entraram em contato com o consulado dos Estados Unidos em São Paulo⁶. Entregaram aos norte-americanos a proposta de “um

⁵ Nesse período, Georges Lodyginsky e Theodore Aubert também tentavam fazer “renascer” um movimento anticomunista internacional, num momento em que o anticomunismo estava sendo associado ao nazifascismo – por ação da propaganda comunista, na opinião do diretor da EIA (LODYGENSKY, 2009, p. 491).

⁶ Georges Lodyginsky só realizou sua mudança para o Brasil no início de 1952, após o encerramento dos trabalhos da Secretaria Geral da EIA em Genebra.

programa de combate ao comunismo através do monitoramento e contrapropaganda das transmissões da Rádio Moscou e também de um programa de distribuição de artigos, muitos dos quais tratariam das experiências pessoais de refugiados”, para o qual buscavam apoio. No relato enviado a seus superiores em Washington, o cônsul Cecil M. P. Cross destacou que os Lodygensky se apresentaram como representantes da Entente Internacional Anticomunista. Cross também comentou que José Carlos de Macedo Soares era o “representante nominal” dessa organização no Brasil, informando que “havia pessoas do alto escalão [no Brasil] interessadas neste programa, incluindo o cardeal e pessoas próximas ao presidente [Eurico Gaspar Dutra]”⁷. A resposta de George C. Marshall, secretário de Estado norte-americano, não foi positiva para os Lodygensky naquele momento⁸. Ele alertou que o consulado não deveria se identificar com tal proposta, nem passar a impressão de que se interessava pela ideia ou que desejava encorajá-los⁹.

Os norte-americanos, contudo, apoiavam ações de propaganda anticomunista do Serviço Social da Indústria (SESI)¹⁰, nas quais, ao que tudo indica, Alexandre e Wladimir Lodygensky estavam envolvidos. Conforme um memorando do consulado dos Estados Unidos em São Paulo, o SESI estava publicando “boletins anticomunistas, distribuindo-os a jornais, estações de rádio e a uma longa lista de pessoas interessadas”. Uma grande quantidade de informações divulgadas nesses boletins estaria sendo coletada por pessoas

⁷ Telegrama A-21, 28/01/1948. Arquivo Nacional dos Estados Unidos em College Park (doravante, NACP), RG 59, CDF 1945-1949, M1 492, rolo 16.

⁸ Em 1951, a CIA, agência do governo norte-americano que seria o meio adequado para trabalhar de forma encoberta com os Lodygensky, ainda estava estruturando a sua atuação na América Latina. Para uma análise sobre a organização do trabalho da CIA nessa região, ver SILVA, 2020.

⁹ Telegrama A-16, 17/02/1948. NACP, RG 59, CDF 1945-1949, M1 492, rolo 16.

¹⁰ Criado em junho de 1946 por influência de lideranças da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e Confederação Nacional das Indústrias (CNI) para desenvolver o “espírito de solidariedade entre as classes”, o SESI possuía um “setor anticomunista”, a Divisão de Orientação Social (DOS), cuja chefia foi assumida em 1947 por Eduardo Gabriel Saad. Ele vinha dos quadros da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e, durante o governo do interventor Macedo Soares, havia participado da repressão a diversos movimentos grevistas naquele estado (SILVA, 2020). Informações analisadas por Weinstein (1996, p. 162-163) sugerem que essa divisão trabalhou em conjunto com os Círculos Operários católicos e com a DOPS e outros grupos policiais “para ‘remover’ elementos subversivos dos sindicatos e suprimir movimentos grevistas”. Essa colaboração teria se intensificado em 1949 e 1950, com a retomada da “agitação operária”.

empregadas pelo SESI ou pela FIESP, as quais monitoravam as transmissões de rádio emitidas detrás da Cortina de Ferro para o Brasil.¹¹ Alguns desses boletins eram produzidos pela Associação Democrática Cristã (ADC), organização criada pelos Lodygensky em 1949 e que se dedicou à publicação de panfletos, livretos e boletins dirigidos à cúpula da Igreja Católica, do Exército, polícias políticas e comunidades de imigrantes europeus¹² (SILVA, 2020).

Tal atuação pode ter levado os representantes do governo norte-americano a reavaliarem sua relação com os Lodygensky. Em outubro de 1951, a embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, ciente de que Alexandre Lodygensky era “procurado pelas autoridades francesas e acusado de ter trabalhado como informante dos alemães”, orientava que o consulado de São Paulo continuasse a não se envolver com suas atividades, mas que demonstrasse interesse por elas, buscando descobrir “através de quais canais” os Lodygensky estavam “obtendo seus recursos”, mesmo que estes fossem limitados¹³. Naquele momento, os norte-americanos já tinham estabelecido laços na Europa com os antigos membros do *Antikomintern*, Eberhard Taubert e Alfred Gielen, apoiando a criação de uma organização chamada *Volksbund für Frieden und Freiheit* (VFF) na República Federal da Alemanha, em maio de 1950. Junto com outras organizações anticomunistas europeias – da França, Itália, Holanda

¹¹ Memorando, 28/07/1949. NACP, RG 84, UD 2132, caixa 88, pasta 1949 350.21 Communism.

¹² Em julho de 1949, a ADC enviou uma carta circular aos seus leitores na qual dizia que havia recebido “numerosas cartas de agradecimento” pelos materiais produzidos pela entidade, oriundas das “mais diversas regiões do país, das autoridades governamentais, das organizações econômicas, sindicais, sociais e religiosas, assim como de numerosos particulares”. Carta, 07/1949. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (doravante, APERJ), fundo DPS, notação 150, volume 1. Claudia Monteiro (2013, p. 128) menciona que um grupo de imigrantes eslavos do estado do Paraná foi responsável pela distribuição de um dos materiais produzidos pela ADC (*Cristianismo e comunismo totalitário*). Gustavo Pereira (2014, p. 79-81), em sua pesquisa sobre a atuação dos Círculos Operários em Uberlândia, Minas Gerais, menciona a existência de duas publicações da ADC no acervo da entidade católica da cidade – *O veneno do bolchevismo* e *A Internacional Comunista*. Rosângela Assunção (2006, p. 91-101) afirma que a ADC “teve uma atuação intensa junto à polícia política mineira”, que recebia algumas das publicações da ADC, como *Imprensa e Comunismo* e *Cristianismo e Comunismo totalitário*. Para a autora, essas publicações contribuíram para “formatar no leitor-policial a naturalização do imaginário anticomunista, ajudando a fixar na corporação policial a ‘verdade’ sobre o comunismo e seus adeptos”.

¹³ Memorando, 31/10/1951. NACP, RG 84, UD 2132, caixa 97, pasta Rio de Janeiro 1950-1952 350.21 Anticommunism.

e Bélgica –, a VFF logo participaria da constituição do Comitê Europeu Paz e Liberdade (*Comité européen Paix et Liberté*), em agosto de 1951. Nos anos seguintes essa rede foi ampliada e, em 1956, rebatizada como *Comité international d'action sociale* (CIAS). Sua seção de assuntos internacionais era dirigida por Alfred Gielen – que ainda mantinha laços com o serviço de inteligência alemão (BND) – e recebia financiamento do Ministério de Relações Exteriores da Alemanha Ocidental, de empresas privadas, e também do governo norte-americano, através da CIA (GÜLSTORFF, 2015, p. 36).

A ADC fazia parte dessa rede internacional anticomunista, assim como a Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), a nova organização criada por Wladimir Lodygensky entre 1956 e 1958 com provável apoio de José Carlos de Macedo Soares (LUDWIG, 2011, p. 895-896; GÜLSTORFF, 2015, p. 40; SILVA, 2020).¹⁴ Naquele período, o líder do PSD paulista tinha voltado a ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Ele permaneceu à frente do MRE entre novembro de 1955 (governo Nereu Ramos) e julho de 1958 (governo Juscelino Kubitschek). Durante sua gestão, a cônsul Odette de Carvalho e Souza, antiga colaboradora da EIA e uma das mais dedicadas militantes anticomunistas do Itamaraty, assumiu a chefia do Departamento Político-Cultural (DPC) daquele ministério.

Além da comprovada relação de Macedo Soares e Carvalho e Souza com a EIA desde a década de 1930, existem outras evidências que identificam seu apoio à atuação de Wladimir Lodygensky e à criação da Sociedade de Estudos Interamericanos. A primeira delas é o uso da sigla “SEI” pela nova organização, a mesma que, na década de 1930, identificava o núcleo anticomunista que Macedo Soares e Carvalho e Souza tinham criado no interior do Itamaraty, o Serviço de Estudos e Investigações (SEI) do MRE¹⁵. A segunda é encontrada no já mencionado relato de Cândido Guinle de Paula ao Comitê Diretor do IPES, em março de 1962. Depois de conhecer o trabalho da SEI em São Paulo, Guinle fez o seguinte comentário sobre a origem da organização:

¹⁴ Antes de criar a SEI, Wladimir Lodygensky trabalhou em duas empresas produtoras de fertilizantes químicos, a Quimbrasil e a American Cyanamid (SILVA, 2020).

¹⁵ Para maiores informações, ver Hilton (1991) e Setemy (2013).

“Itamaraty queria informações sobre movimentos sindicais do Ministério das Relações Exteriores (Macedo Soares)”.¹⁶ Além disso, um documento de 1959, elaborado pelo Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), vinculado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), informa que a SEI tinha “acesso de bons informantes junto ao Ministério de Relações Exteriores”, através dos quais recebia informes de países da América do Sul e da Europa.¹⁷ E um relatório, elaborado em fevereiro de 1962 pelo adido trabalhista do consulado norte-americano de São Paulo, registra que, entre os fundadores da SEI, encontravam-se “alguns oficiais proeminentes do Ministério de Relações Exteriores do Brasil”.¹⁸

De acordo com um relatório elaborado pela Divisão de Polícia Política e Social (DPS) do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) em agosto de 1959, a SEI teria começado a “tomar corpo e fórmula administrativa” depois que Lodygensky realizou duas viagens aos Estados Unidos e uma viagem à Europa, em 1956. Na avaliação da DPS, a SEI era “um órgão clandestino de informações, dirigido e subvencionado por um governo estrangeiro”¹⁹. Wladimir Lodygensky era visto como um “indivíduo ligado aos Serviços de Informações dos EUA quando veio para o Brasil”²⁰, que desenvolveria suas atividades “de acordo com as necessidades da Seção Política

¹⁶ Ata, Reunião do Comitê Diretor, IPES. 27/03/1962. Arquivo Nacional (RJ), Fundo IPES, Organização e Funcionamento, QL.0.OFU.8

¹⁷ Estudo SFICI, 10/07/1959. Arquivo Nacional (RJ), fundo Conselho de Segurança Nacional, Série Política de Segurança Nacional, Subsérie Estudos, Dossiê número 654 (Documentos sigilosos, Diversos).

¹⁸ Memorando, 02/02/1962. NACP, RG 84, P87, caixa 1, pasta Trade unions.

¹⁹ Em junho de 1959, o general Waldemar Levy Cardoso, chefe de gabinete do Ministro da Guerra Henrique Teixeira Lott, enviou um ofício à DPS/DFSP, a pedido do ministro, solicitando informações sobre a SEI. Em resposta, o coronel Luiz de França Oliveira, diretor da DPS/DFSP, encaminhou um informe descrevendo os resultados das investigações realizadas (SILVA, 2020, p. 405-7).

²⁰ Segundo a DPS, na Europa, Lodygensky teria trabalhado para o Serviço Secreto Americano na Zona da Áustria, no controle de entrada de refugiados da Iugoslávia e da zona austríaca. O relatório da polícia brasileira referia-se, possivelmente, ao serviço de inteligência do exército ou à OSS (*Office of Strategic Services*), que existiu entre 1941 e 1946, já que a CIA só foi criada em 1947, quando Wladimir Lodygensky já vivia no Brasil. Sobre o recrutamento que era realizado pelos serviços secretos britânicos e norte-americanos durante e logo após a Segunda Guerra Mundial, ver ALDRICH (2002).

da Embaixada Americana no Rio”²¹. Conclusões similares aparecem no já mencionado estudo do SFICI sobre a SEI: “tudo leva a crer que W[ladimir] L[odygensky] seja agente de uma organização amiga”. É relevante o fato de que tal estudo foi assinado pelo chefe do serviço de inteligência brasileiro, o então coronel Humberto de Souza Mello, que havia realizado um treinamento na CIA em abril de 1956.²²

Não foi encontrado nenhum documento que comprove a existência de uma relação entre a SEI e a CIA.²³ Sabe-se, contudo, que quando Wladimir Lodygensky esteve nos Estados Unidos, no segundo semestre de 1956, ele se reuniu com William A. Korns, que havia trabalhado no *Psychological Strategy Board* (PSB), uma agência criada no governo Harry S. Truman (1945-1953) para planejar e coordenar certas atividades clandestinas do governo estadunidense junto à CIA. Korns comentou sobre esse encontro com seu colega, o jornalista Edmond L. Taylor, que era casado com a irmã da esposa de Wladimir Lodygensky e, comprovadamente, foi oficial da CIA em certo período de sua carreira. Segundo Korns, Lodygensky não parecia precisar de conselhos em relação a seus objetivos, pois já possuía alguns “excelentes contatos” nos Estados Unidos. Ele também relatou a Taylor que havia marcado um encontro de Lodygensky com representantes da USIA (agência estatal de informação e propaganda norte-americana) e “Pete” Craig – o chefe da equipe de “projetos especiais” da CIA entre 1951 e 1958 (SILVA, 2020, p. 388-389).

É importante observar que, entre 1955 e 1956, o governo norte-americano vinha ampliando seu envolvimento em ações encobertas no exterior. Estas tinham, entre outros objetivos, o de favorecer os grupos que defendessem uma orientação pró-Estados Unidos e resistissem ao comunismo

²¹ Protocolo n. 7285/59 e Informação n. 387, 05/08/1959. APERJ, fundo polícias políticas, setor confidencial, notação 42, folhas 36 a 42. Na embaixada trabalhavam tanto os representantes do Departamento de Estado quanto os da CIA, cujos oficiais atuavam sob a cobertura de títulos oficiais diplomáticos. Para maiores detalhes sobre as funções, atividades e trajetórias de integrantes da seção política da embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e de suas outras missões diplomáticas no Brasil, ver SILVA, 2020.

²² Para maiores informações da influência norte-americana sobre o SFICI, ver SILVA, 2020.

²³ Para tanto, seria necessário ter acesso a arquivos operacionais da CIA, os quais seguem até hoje, no que se refere ao Brasil, indisponíveis para consulta.

internacional.²⁴ No mesmo período, o governo Eisenhower estava reorganizando sua atuação na América Latina, a partir de um planejamento estratégico que foi consolidado no Plano Básico de Operações contra o Comunismo na América Latina e no Plano Básico de Operações para o Brasil, documentos cujas versões finais foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos entre o final de 1955 e o início de 1956. Ambos previam uma série de ações encobertas para enfrentar o comunismo e o nacionalismo na América Latina, dando importância a iniciativas de influência sobre grupos da sociedade civil, com o objetivo de estimular, “nos partidos políticos, Igreja, Forças Armadas, sindicatos, estudantes e juventude, intelectuais e educadores, empresários, mulheres, trabalhadores rurais e grupos-chave locais”, por meio de “todas as ações de autoria identificada e não-identificada, com apoio de inteligência”, uma compreensão sobre a “natureza subversiva, conspirativa, fraudulenta e brutal da ação comunista”.²⁵

Em fevereiro de 1956, em uma reunião realizada no palácio do Catete, no Rio de Janeiro, entre membros do recém-empossado governo Kubitschek e representantes do governo norte-americano – entre eles o então vice-presidente dos Estados Unidos, Richard M. Nixon – o secretário de Estado adjunto de assuntos interamericanos, Henry F. Holland, comunicou que o governo Eisenhower estava disposto a apoiar, no Brasil, “uma organização” que se encarregasse de “um plano técnico e profissional para cortar os músculos e tendões do organismo secreto do comunismo”. Nesse encontro, o ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, foi o primeiro a afirmar que julgava “importante a unidade de ação entre os Estados Unidos e o Brasil nesse combate”, ressaltando achar “necessário o estabelecimento de um organismo qualquer” que ficasse em “contato permanente com os órgãos dos Estados Unidos, a fim de organizar um programa de ação conjunto de

²⁴ Ver a Resolução 5412/2, do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos, aprovada em dezembro de 1955. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950-55Intel/d250>

²⁵ Sobre a importância da dimensão do planejamento da política exterior norte-americana durante a administração Eisenhower e para uma análise detalhada sobre os referidos Planos de Operações contra o Comunismo no Brasil e na América Latina, ver SILVA, 2020.

cooperação perfeita entre os dois países”. Macedo Soares também declarou que desejava “criar no MRE uma organização rigorosamente secreta para fazer essa colaboração e essa coordenação técnica entre os dois países”, esperando a aprovação do presidente Kubitschek.²⁶

Uma parte importante dessa coordenação acabou sendo consolidada em um programa de intercâmbio de informações entre Odette de Carvalho e Souza e a CIA.²⁷ Mas havia outra possibilidade, implícita na declaração de Macedo Soares, que parece ter sido percebida pelo ministro da Guerra, o general Henrique Teixeira Lott. Ele opinou que lhe parecia melhor criar “um órgão de caráter educacional ou outro qualquer, que pudesse disfarçar suas atividades reais, de modo que pudéssemos agir com maior segurança”. Macedo Soares respondeu que o organismo “inicialmente” teria “que ser secreto”, mas Lott esclareceu: “os trabalhos da organização serão secretos, depois; para poder agir com maior facilidade, seria interessante que tivesse outra fachada”.²⁸

É muito provável que, nesse contexto, tenha sido criada a Sociedade de Estudos Interamericanos, dirigida por Wladimir Lodygensky. Estruturada para ter um perfil de atuação discreto, a SEI operava não apenas no campo da propaganda, mas também como um órgão clandestino de inteligência e espionagem. Conforme o já mencionado estudo feito pelo SFICI sobre a SEI, em 1959 a organização estava “infiltrada em todos os órgãos” responsáveis por espionagem e informações no Brasil. Diante desse cenário, o diretor do serviço de inteligência brasileiro recomendou ao diretor da polícia política do Distrito Federal que tomasse algumas precauções ao “estabelecer entendimentos” com a organização dirigida por Wladimir Lodygensky: os contatos pessoais com agentes da SEI deveriam ser realizados apenas “através de funcionários para isso credenciados e conhecedores” das atividades da organização, sem fornecer

²⁶ Ata, reunião de 02/02/1956, anexa ao despacho diplomático n. 1003, 10/02/1956. NACP, RG 84, UD 2132, caixa 116, pasta Brazil Jan-May 1956.

²⁷ Carvalho e Souza recebeu a atribuição de realizar a ligação do serviço exterior brasileiro com a CIA, em um programa de “intercâmbio de informações” sobre o comunismo promovido pelo governo norte-americano. Em função disso, ela mantinha contato direto com o chefe da estação local no Rio de Janeiro da agência de inteligência norte-americana, segundo documentos governamentais norte-americanos (SILVA, 2020, p. 356-358).

²⁸ Ata, reunião de 02/02/1956, anexa ao despacho diplomático n. 1003, 10/02/1956, NACP, RG 84, UD 2132, caixa 116, pasta Brazil Jan-May 1956.

“qualquer documento oficial ou pessoal”, estabelecendo cooperação “exclusivamente sobre assuntos de propaganda anticomunista ou contrapropaganda de caráter ostensivo”, atividades que a SEI estaria realizando “com proficiência”. O estudo do SFICI foi encaminhado aos gabinetes do Estado-Maior do Exército e do Estado-Maior das Forças Armadas, Ministério da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, ao DFSP, DPS, e Ministérios da Justiça e de Relações Exteriores. Todas essas autoridades, portanto, receberam informações sobre as atividades da organização.²⁹

Além disso, a própria SEI enviava a autoridades governamentais, das Forças Armadas, Igreja, polícia e lideranças empresariais, os boletins que eram elaborados por seu Serviço de Informações Confidenciais. Eles eram redigidos por uma equipe de intelectuais paulistas e tinham edições semanais em português e espanhol e tiragem de cerca de 3 mil cópias. A SEI também produzia pôsteres, folhetos e livretos anticomunistas, com autoria atribuída a outras organizações ou sem autoria identificada. Semanalmente, seu Serviço de Imprensa distribuía notícias para 124 estações de rádio e 80 jornais católicos espalhados pelo país. Também produzia e distribuía programas de rádio (rádio-dramas) e realizava “rádio-escuta”, para monitoramento de emissões da Rádio Moscou para a América Latina. A SEI foi ainda responsável pela distribuição de um Manual de Polícia Política e Social, o qual foi utilizado para treinamento de oficiais das polícias políticas brasileiras, com ênfase em estratégias de vigilância e combate às organizações comunistas (SILVA, 2020, p. 386-407).³⁰

A Sociedade de Estudos Interamericanos foi registrada como sociedade civil no dia 29 de julho de 1958, em São Paulo, poucos dias depois do final da

²⁹ Estudo SFICI, 10/07/1959. Arquivo Nacional (RJ), fundo Conselho de Segurança Nacional, Série Política de Segurança Nacional, Subsérie Estudos, Dossiê número 654 (Documentos sigilosos, Diversos).

³⁰ A relação entre Wladimir Lodygensky e a polícia política do Rio e de São Paulo foi destacada no dossiê produzido pela DPS: ele teria trabalhado “em atividades anticomunistas” no “DOPS de São Paulo com o delegado [Antônio] Ribeiro de Andrade, sendo íntimo do agente de polícia paulista de nome Anselmo Páscoa, com quem era sempre visto”. O líder da SEI também teria relações com os inspetores Cecil Borer e José Vasconcelos, da Divisão de Polícia Política do Distrito Federal. Além disso, um dos integrantes da SEI era Hugo Manhães Bethlem que, entre 1951 e 1952, foi diretor da DPS, em uma gestão que se destacou pela repressão aos movimentos populares (SILVA, 2020, p. 403-404).

gestão de José Carlos de Macedo Soares no MRE. Naquele mesmo ano, a organização publicou um panfleto intitulado “Nossos motivos”, dizendo-se defensora do verdadeiro nacionalismo, opondo-se ao “nacionalismo profundamente deturpado pela ação do comunismo internacional”. Nesse documento, a SEI se apresentava como “um grupo de nacionalistas conscientes”, organizados enquanto “entidade cívica”. Seu objetivo seria o de “combater e derrotar as forças que desagregam a nacionalidade”, com base em um “plano de ação construtivo”, visando “guiar as forças vivas nacionais pelo caminho do bom senso” para a “edificação de uma democracia à altura de uma grande nação panamericana, civilizada e cristã”.³¹

Para desenvolver todas as atividades previstas em seu programa e atingir o público-alvo desejado, a SEI criou outras organizações, que contavam com uma equipe própria, distinta da direção da SEI e responsável pela supervisão das suas atividades específicas. A relação da SEI com suas suborganizações de fachada era mantida em sigilo, para dificultar ao máximo a identificação dos reais vínculos entre elas. Seus dirigentes, de preferência, não precisavam saber da existência desta relação, ou deveriam saber o mínimo possível. Desse modo, a SEI atuava como uma espécie de escritório central, responsável pelo controle sobre as suas várias filiais, cada uma delas promovendo atividades voltadas a setores específicos. As filiais, por sua vez, buscavam aproximações com outras entidades que atuavam no mesmo setor que elas, para as quais ofereceriam apoio na forma de “orientação técnica”. Esse esquema organizativo contribuía para preservar a SEI de uma possível exposição de suas reais atividades secretas e de críticas oriundas de grupos opositores (SILVA, 2020).

A SEI e o Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IPES)

Em novembro de 1961, no contexto de uma intensa articulação política de empresários nos Estados Unidos e na América Latina – que estavam preocupados com o crescimento das mobilizações populares de esquerda e do

³¹ Folheto, “Nossos motivos”, SEI, 1958. Arquivo Público Mineiro, fundo polícia política, pasta 5195, rolo 082, data mar. 1959-out. 1960.

nacionalismo na região, especialmente após a revolução cubana –, lideranças empresariais do Rio de Janeiro e de São Paulo criaram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).³² Imediatamente, a nova organização estabeleceu relações com a SEI e com os Círculos Operários Católicos, aos quais forneceu apoio financeiro.³³ Pouco tempo depois, as atividades da SEI também seriam financiadas pelo Fundo de Ação Social (FAS), criado em março de 1962 com a participação de empresários ligados à Câmara Americana de Comércio para camuflar contribuições de empresas norte-americanas a atividades de cunho político no Brasil (SILVA, 2020, p. 643-646).

Com esse apoio, a SEI intensificou as ações que já vinha desenvolvendo e ampliou sua influência no campo sindical (urbano e rural) e estudantil, na formação de lideranças políticas e na mobilização de organizações de mulheres e grupos de intelectuais. No campo estudantil, a SEI atuou através de algumas entidades como a União Cívica Estudantil (UCE) e a Frente da Juventude Democrática (FJD), cujas atividades eram coordenadas pelo Conselho Latino-Americano de Coordenação Estudantil (CLACE). Esse órgão, controlado pela SEI, era responsável por monitorar, levantar informações e praticar atos de sabotagem e intimidação contra organizações estudantis de esquerda. A SEI também esteve envolvida na criação de uma das principais organizações políticas de mulheres do período, a União Cívica Feminina (UCF) de São Paulo, e influenciou na formação da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), sediada no Rio de Janeiro (SIMÕES, 1985; SILVA, 2020).

Para enfrentar as organizações sindicais de esquerda, Wladimir Lodygensky montou escritórios nas principais cidades brasileiras, oferecendo cursos de formação de “lideranças democráticas” para administradores de empresas, na área de relações públicas e de “relações industriais”. Com apoio dos Círculos Operários da igreja católica, a SEI construiu dois centros de formação sindical: um na Fazenda São Jorge, próximo ao município de Jacareí, interior de São Paulo, e outro em Recife. Para esses centros de formação eram

³² Sobre essa mobilização, ver SILVA (2020).

³³ Ata. Reunião do Comitê Diretor, IPES. 22/05/1962. Arquivo Nacional (RJ), Fundo IPES, Organização e Funcionamento, QL.0.OFU.8.

enviados trabalhadores escolhidos por seus empregadores para cursos que tinham uma semana de duração, em regime de internato. A organização de Wladimir Lodygensky também promovia cursos de formação de “lideranças democráticas” no Instituto Superior de Cultura e Ação Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, voltados para estudantes e professores de nível superior e secundário. A SEI tinha também relação com a Associação Brasileira de Cultura Convívio (ACBC) – criada em 1961 por Adolpho Crippa, teólogo e professor da PUC de São Paulo –, que possuía um Instituto de Formação de Líderes e publicava uma revista chamada *Convivium*. Os cursos de formação oferecidos pela SEI contavam com farto material produzido pela própria organização, como panfletos, cartilhas e discos em formato LP (SILVA, 2020).

A importância da SEI – que em outubro de 1963 adotou o novo nome de Centro de Educação Cívica (CEC) – e de Wladimir Lodygensky para a articulação golpista que derrubou o governo João Goulart foi reconhecida por algumas das principais lideranças do IPES. João Baptista Leopoldo Figueiredo declarou que a entidade utilizou-se da experiência de Lodygensky “em diversas áreas” (SILVA, 2020, p. 616). Antônio Carlos Pacheco e Silva descreveu Lodygensky como um “grande conhecedor dos problemas relativos ao comunismo e ao anticomunismo”, “com larga experiência adquirida na Suíça e em outros países onde se empenhara anteriormente na luta contra os marxistas”, e à organização dirigida por ele como uma entidade importante na “resistência oferecida à comunização e, *ipso facto*, na vitória da Revolução de Março”.³⁴

De acordo com um documento possivelmente elaborado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), arquivado junto à Divisão de Segurança e Informações do MRE, Lodygensky foi membro do comando da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo em março de 1964, e do chamado “Clubinho” que, entre 1963 e 1964, “reunia semanalmente em São Paulo presidentes da Federação das Indústrias, Associação Comercial,

³⁴ Memórias não publicadas, Antônio Carlos Pacheco e Silva, 1975. Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Medicina, Museu da Faculdade de Medicina da USP Professor Carlos da Silva Lacaz, fundo Antônio Carlos Pacheco e Silva, caixa 11.

Sociedade Rural Brasileira, Sindicato dos Bancos e IPES, para coordenar o setor empresarial na luta contra a desagregação socioeconômica e política do período pré-revolucionário”.³⁵

Na articulação do trabalho da SEI com as atividades do IPES, Lodygensky colaborou com o Grupo Especial de Conjuntura (GEC), do IPES São Paulo. Dirigido pelo general Agostinho Teixeira Cortes, o GEC tinha a função de coordenar o planejamento e execução de ações diretas entre os militares e “penetrar nos sindicatos, organizações estudantis, movimentos camponeses, Igreja e mídia”. Segundo Dreifuss (1987, p. 189), o GEC tinha atuação “fundamental na harmonização geral das atividades encobertas do IPES e na coordenação das várias conspirações faccionais militares do II Exército, cujo quartel-general era em São Paulo e que cobria os estados de São Paulo e Mato Grosso”. O GEC “sincronizava diariamente” suas atividades com o Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC) do IPES, liderado pelo general Golbery do Couto e Silva no Rio de Janeiro. Este se encarregava do Setor de Exército e Informação, “sendo suas principais áreas de operação os I e III Exércitos, com quartéis-generais respectivamente nas cidades do Rio de Janeiro e de Porto Alegre e cobrindo os estados da Guanabara, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo e Rio de Janeiro”. O GLC enviava aos militares informações e análises sobre a atividade comunista no Brasil e compilava dossiês sobre indivíduos e organizações consideradas subversivas (DREIFUSS, 1987, p. 186-189).

Depois de participar do golpe que derrubou o governo João Goulart, o general Golbery estaria à frente da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1964. E o general Agostinho Cortes, em 1965, se tornaria diretor do SNI de São Paulo. Considerando a atuação desses militares no IPES e sua relação com a SEI, não causa surpresa que um documento elaborado em 1965 pelo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) tenha apontado Wladimir

³⁵ Informação, s/d. Arquivo Nacional (RJ), fundo Divisão de Segurança e Informações do MRE, série Relações exteriores, subsérie Avulsos, Dossiê 41. A participação de Lodygensky na organização da marcha também é mencionada em Simões (1985: 97). A autora consultou arquivos da União Cívica Feminina, entrevistou membros dessa organização e afirma que “Wladimir Lodygensky teve papel preponderante na operacionalização das marchas”.

Lodygensky como orientador das agências do SNI do Rio e de São Paulo, onde teria “grande penetração” (SILVA, 2020, p. 664).

Por razões ainda não esclarecidas, Lodygensky deixou o Brasil entre 1966 e 1967, passando a viver na Itália, com possíveis vínculos no Vaticano.³⁶ Ele pode ter sido vítima de uma “campanha de difamação” ou ter entrado em conflito com interesses concorrentes nos diferentes setores da repressão. Tal hipótese é levantada diante da avaliação do trabalho de Lodygensky encontrada nesse mesmo documento do CISA, no qual ele é apontado como um “agente de provocação” que poderia “estar trabalhando para agências comunistas”, considerando que muitos de seus serviços seriam realizados mediante pagamento. Conhecendo-se a trajetória contrarrevolucionária da família Lodygensky, essa associação de Wladimir ao comunismo era evidentemente absurda.

Conclusão

Wladimir Lodygensky nasceu no ano da Revolução Russa e viveu o bastante para ver o fim da União Soviética, o grande objetivo ao qual seu pai e tio haviam se dedicado por décadas e que também definiria sua própria biografia. A dedicação de Georges, Alexandre e Wladimir à causa do anticomunismo abriu portas para a família na Europa e na América Latina, onde seus serviços foram valorizados e colocados à disposição da repressão aos movimentos populares, comunistas ou não. Com apoio da burguesia local e suas organizações de classe, das autoridades eclesiásticas, de setores do exército e da polícia política, os Lodygensky puderam participar da reorganização das forças anticomunistas internacionais no pós-guerra, estabelecendo o Brasil como sua nova base de atuação. Sua relação com o nazismo e o fascismo não era desconhecida, mas foi tranquilamente ignorada não apenas por autoridades brasileiras, mas também pelas norte-americanas, que aceitaram estabelecer relações com criminosos de guerra em nome de sua cruzada anticomunista.

³⁶ Informe n. 039/81-E2.3 (Centro de Informações do Exército), 28/01/1981. Arquivo Público do Estado de São Paulo, fundo DEOPS, Dossiê 50-Z-9, pasta 221, documento 44059-43.

A história de Wladimir Lodygensky corrobora a afirmação feita por Motta (2000, p. 19-20) de que “o anticomunismo no Brasil resultou da interação entre fatores endógenos e exógenos”. Ela nos permite concluir que o anticomunismo brasileiro foi resultado de uma combinação de experiências nacionais e internacionais, que se alimentaram mutuamente e influenciaram decisivamente o alcance e a intensidade das ações de combate aos grupos considerados comunistas no país. Em outras palavras, se o anticomunismo no Brasil não pode ser entendido apenas a partir da influência externa, tampouco é possível ignorar os impactos consideráveis da experiência internacional sobre as formas de organização dos grupos anticomunistas brasileiros.

A trajetória de Lodygensky também aponta para a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre os grupos e aparatos repressivos que existiam no Brasil antes da ditadura instaurada em 1964, levando em consideração não apenas o papel dos órgãos estatais na repressão, mas também o de organizações como a Sociedade de Estudos Interamericanos, que contava com uma liberdade de atuação e fontes de financiamento nem sempre disponíveis para organismos estatais. No contexto de intensificação das tensões sociais e das lutas de classe no início dos anos 1960, verifica-se como foi importante a mobilização política e ideológica da SEI e de organizações como o IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que atuaram de forma articulada em favor dos grupos interessados em isolar ou neutralizar as forças populares e progressistas que apoiavam o governo João Goulart.

Por fim, o estudo da biografia de Wladimir Lodygensky nos permite identificar a atuação de outros indivíduos e grupos que se organizaram ao longo de décadas e mantiveram uma permanente mobilização que alimentou a ação anticomunista no Brasil. Se esse trabalho teve maior repercussão apenas em determinados momentos da conjuntura política nacional, isso não significa que sua mobilização tenha sido episódica. Pacientemente, lideranças como José Carlos de Macedo Soares, contando com a dedicação de indivíduos como Wladimir Lodygensky e Odette de Carvalho e Souza, ajudaram a construir uma resistência – com ramificações nos órgãos de repressão e de inteligência

estatais, mas também em meios religiosos, culturais e sindicais, entre outros – às demandas de uma transformação mais profunda da sociedade brasileira. Eles foram atores fundamentais na criação de um “imaginário anticomunista” e personagens centrais da ação contrarrevolucionária no Brasil, mas sua dedicação a essa causa ainda não foi suficientemente reconhecida e estudada.

Referências

ALDRICH, Richard J. **The hidden hand**. Britain, America and Cold War secret intelligence. New York, The Overlook Press, 2002.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. DOPS/MG. **Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2006.

CAILLAT, Michel. **L'Entente internationale anticommuniste de Théodore Aubert** – Organisation interne, réseaux et action d'une internationale antimarxiste. Tese (Doutorado em História), Université de Genève, Genebra, Suíça, 2012.

DECKES, Flávio. **Radiografia do terrorismo no Brasil**. 1966/1980. São Paulo, Ícone, 1985.

DREIFUSS, René A. **1964: A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ, Vozes, 1981.

GÜLSTORFF, Torben. **Warming Up a Cooling War: An Introductory Guide on the CIAs and Other Globally Operating Anti-communist Networks at the Beginning of the Cold War Decade of Détente**. Washington, DC, Woodrow Wilson Center International Center for Scholars, Cold War International History Project, Working paper 75, 2015.

HILTON, Stanley. **Brazil and the Soviet challenge, 1917-1947**. Austin, University of Texas Press, 1991.

LODYGENSKY, Wladimir. **Frentes de combate en América Latina**. Bogota, Bibliocol, 1966.

LODYGENSKY, Georges. **Face au communisme – 1905-1950: quand Genève était le centre du mouvement anticommuniste mondial**. Genebra, Slatkine, 2009.

LUDWIG, Bernard. **Anticommunisme et guerre psychologique en République Fédérale d'Allemagne et en Europe (1950-1956)**. Démocratie, diplomaties réseaux transnationaux. Tese (Doutorado em História Contemporânea), Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, Paris, 2011.

MONTEIRO, Claudia. **Política entre razão e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)**. Tese (Doutora em História), Curso de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, 2000.

PEREIRA, Gustavo Zuquetto. **Entre práticas e controle: o Círculo Operário e os trabalhadores de Uberlândia (1942-1960)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

RIBEIRO, Marcos Vinicius. **A história da Confederação Anticomunista Latino-Americana durante as ditaduras de segurança nacional (1972-1979)**. São Paulo, Pimenta Cultural, 2021.

ROULIN, Stéphanie. **Un credo anticommuniste: La commission Pro Deo de l'Entente Internationale Anticommuniste ou la dimension religieuse d'un combat politique (1924-1945)**. Tese (Doutorado), Université de Fribourg, 2010.

SETEMY, Adriana C. L. **Sentinelas da fronteira. O Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Vicente Gil da. **Organização e planejamento da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família. As mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis (RJ), Vozes, 1985.

VAN DONGEN, Luc. **Un purgatoire très discret. La transition "helvetique" d'anciens nazis, fascistes et collaborateurs après 1945**. Paris, Editions Perrin, 2008.

WEINSTEIN, Barbara. **For social peace in Brazil: industrialists and the remaking of the working class in São Paulo, 1920-1964**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.

Recebido em: 8 de setembro de 2021

Aceito em: 28 de junho de 2021